

APARTHEID SANITÁRIO COMO NECROPOLÍTICA NO BRASIL EM PANDEMIA

SANITARY APARTHEID AS A BRAZILIAN NECROPOLITICS DURING THE PANDEMICS

Silvana Mazzuquello Teixeira¹, Guilherme Orestes Canarim², Alex Sander da Silva³, Victor Fernandes Moreira⁴

Resumo

Este artigo trata da necropolítica, em especial revelamos a ideia de um apartheid sanitário como forma brasileira da necropolítica. Nossa questão central é: de que maneiras o apartheid sanitário se constitui enquanto uma forma brasileira de necropolítica durante a pandemia (2020/2021)? Trata-se do questionamento por um delineamento contextual sobre as características dessa segregação e suas formação histórica e social, mas também sobre como ela se constitui e se estabelece enquanto uma versão brasileira da necropolítica. Queremos analisar as dinâmicas de segregação social, com enfoque em sua dimensão étnico-racial, que se manifestaram durante a pandemia no Brasil, buscando compreender como tais processos se configuraram como uma forma de necropolítica e seus impactos na sociedade. Em linhas gerais, essa é uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo-exploratório. Quanto aos instrumentos metodológicos, utilizamos a revisão narrativa com auxílio da netnografia. Nesse sentido, tanto a fundamentação, como as análises têm materiais de fontes acadêmicas convencionais e também de fontes da internet. Ainda nesse âmbito metodológico, seguindo numa lógica crítica, ensaística, desenvolvemos esse texto tendo em vista objetivos descritivo-exploratórios. Procuramos descrever e mapear alguns aspectos desse contexto que, no nosso entender, recrudescer durante a pandemia, e também exploramos algumas leituras ou análises a partir desse cenário, sinalizando, sobretudo, o modo como, no nosso entender, com auxílio dos autores, esse apartheid sanitário é uma forma brasileira de operacionalização da necropolítica.

Palavras-chave: necropolítica, apartheid sanitário, pandemia.

Abstract

This article deals with necropolitics, in particular we elaborate the idea of apartheid sanitário as a Brazilian form of necropolitics. Our central question is: in what ways does sanitary apartheid constitute itself as a Brazilian form of necropolitics during the pandemic (2020/2021)? This is about questioning through a contextual design about the characteristics of this segregation and its historical and social formation, but also about how it constitutes and establishes itself as a Brazilian version of necropolitics. In general terms, this is a qualitative, descriptive-exploratory research. As for the methodological instruments, we used narrative review with the aid of netnography. In this sense, both the rationale and the analyses have materials from conventional academic sources and also from internet sources. Still within this methodological scope, following a critical, essayistic logic, we developed this text with descriptive-exploratory objectives in mind. We tried to describe and map some aspects of this context that, in our understanding, intensified during the pandemic, and also to explore some readings or analyses from this scenario, signaling, above all, how, in our understanding, with the help of the authors, this health apartheid is a Brazilian way of operationalizing necropolitics.

Keywords: necropolitics, health apartheid, pandemic.

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

² Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

³ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

⁴ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

INTRODUÇÃO

“Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?
Boaventura de Sousa Santos. A cruel pedagogia do Vírus (Locais do Kindle 14). Boitempo Editorial. Edição do Kindle.

Este artigo trata do *apartheid* sanitário enquanto uma forma brasileira de necropolítica⁵. A discussão se constitui por meio de algumas questões em torno do diagnóstico de um processo de agudização, que, embora tenha raízes históricas, sociais, materiais, econômicas e políticas, se evidenciou durante a pandemia sob a forma de uma segregação extrema e violenta: um verdadeiro *apartheid* sanitário.

No contexto da pandemia, 2020/2021, pudemos ver vários aspectos de processo sociais e históricos. Entre esses elementos, evidenciam-se sinais de agravamento da condição de uma segregação sanitária cujo fundo econômico-político também se deixou transparecer nesse momento, mais que nunca. Nesse sentido, para Coelho,

[...] o alastramento planetário do vírus, com custo incalculável de vidas humanas e de condições sociais e econômicas, jamais teria assumido as proporções de maior tragédia do século se não fosse uma série de condições que nada têm de naturais e que muito devem a processos e escolhas humanas: (i) o atraso da comunicação sobre o aparecimento do vírus e das providências de contenção e isolamento, por medo de repercussões comerciais, turísticas e financeiras; (ii) a demora e resistência contra a decretação de lockdowns continuados, empregando financiamento público para prover a todos os meios de subsistência necessários que os dispensassem de retornar aos empregos e de reabrir os negócios em circunstâncias com riscos sanitários evidentes; (iii) a exposição mais acentuada de populações vulnerabilizadas, como mulheres, negros, idosos, índios e camponeses, numa situação de *apartheid* sanitário que dá gênero, cor, idade e endereço à maioria das vítimas de contaminação repetida e de internação com escalada para o resultado fatal; (iv) o estado fragilizado das estruturas de saúde pública no mundo após três décadas de sucateamento, austeridade e privatização neoliberal; (v) o estado igualmente fragilizado do nível de confiança pública nas autoridades médicas e políticas após mais de uma década da obscurantismo anticientífico, movimento antivacina e mil e uma teorias conspiratórias, agravados pelos meios de comunicação eletrônica e pelos expedientes da pós-verdade. (COELHO, 2021, p. 117).

Coelho, (2021) acerca da disseminação global do vírus e o impacto devastador que ele teve na vida humana e na sociedade, tanto social quanto economicamente. O autor argumenta que essa tragédia não teria alcançado tais proporções se não fosse por uma série de condições que não são naturais e que são, em grande parte, resultado de processos e escolhas humanas.

⁵ O conceito de necropolítica introduzido no debate público por Achille Mbembe tem sido frequentemente mobilizado para a reflexão acerca das formas de violência perpetradas pelo Estado, especialmente contra as populações mais pobres e as minorias raciais (ALMEIDA, 2021,p.1).

Artigo

Essas condições, a que se refere Coelho (2021) incluem, mas não se limitam a comunicação atrasada sobre o vírus e medidas de contenção devido aos temores de repercussões comerciais, turísticas e financeiras. Esses fatores incluem: resistência e atraso na implementação de bloqueios de longo prazo e no fornecimento de financiamento público para os meios de subsistência necessários; aumento da vulnerabilidade de populações marginalizadas, incluindo mulheres, negros, idosos, indígenas e agricultores, em uma situação de "*apartheid* sanitário" que dá gênero, cor, idade e endereço à maioria das vítimas de contaminação repetida e fatal escalação. Nesse contexto, há o enfraquecimento da infraestrutura de saúde pública em todo o mundo após três décadas de negligência, além de austeridade e privatização neoliberal; e o enfraquecimento da confiança pública nas autoridades médicas e políticas após mais de uma década de obscurantismo anticientífico, movimento antivacina e várias teorias da conspiração, exacerbadas pela mídia eletrônica e táticas pós-verdade.

Considerando tudo isso, discutimos o *apartheid* sanitário como um caso brasileiro da necropolítica proposta por Mbembe (2018). Ele a delineia como um sistema de poder que se articula em contextos de violência e se constitui na produção e gestão da morte. Mbembe (2018) argumenta que essa forma de poder é particularmente evidente em contextos coloniais e de opressão racial. Sugere também que essa forma de poder está presente no capitalismo neoliberal atual, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento da morte de certos grupos.

A falta de acesso à saúde e a desigualdade socioeconômica levaram (e ainda estão levando, já que esse *apartheid* é um fenômeno transversal, transescalar, interseccional, etc. à morte desproporcional de pessoas negras e indígenas durante a pandemia no Brasil. A questão do próprio contexto histórico do Brasil é passível de discussão, pois essas questões são relevantes, sobretudo para dar visibilidade às minorias.

Esse *Apartheid* Sanitário é como uma derivação, uma versão propriamente brasileira, endógena, da necropolítica. Partindo das discussões do pensamento de Mbembe (2018), em especial a necropolítica, o brutalismo e a crítica da razão negra. Entendemos que isso corrobora a ideia de um racismo estrutural no Brasil, que se constitui como um tecnologia política, propondo uma leitura do contexto da pandemia, mais voltado para os aspectos de uma segregação social e sanitária. Nesse sentido, teríamos um olhar desde a nossa experiência brasileira e não somente assumindo o pensamento do Mbembe (2018) como um pensamento universal.

No contexto desse artigo, o objetivo geral é refletir sobre as formas pelas quais os processo de segregação social, em especial aqueles étnico-raciais, constituíram-se e

Artigo

evidenciaram-se enquanto forma de necropolítica no Brasil durante a pandemia. Tendo em vista apontar como as negligências planejadas, por conta da sua força econômica construída sobre recursos públicos e mobilizadas por agente públicos e privados, se estabeleceram enquanto formas de gestão e produção da morte com vistas ao lucro.

A pesquisa é qualitativa e bibliográfica, de cunho descritivo-exploratório, que em especial, à luz da literatura integrativa e a netnografia (SILVA, 2015). Ainda, artigos científicos, e notícias e outros documentos da época, que corroboram às nossas hipóteses. Com essa investigação, compreendemos que os vários fatores, em especial econômico e políticos, envolvidos no contexto da pandemia no Brasil, são, em certa medida, consequência e alavancadores das segregações no Brasil.

NECROPOLÍTICAS

Nesta seção queremos apresentar alguns elementos teórico-conceituais. Mostramos essas bases teóricas e delineando os conceitos de necropolítica e *Apartheid* Sanitário, bem como um diagnóstico mais global e social da pandemia do coronavírus em sua dimensão econômico-política.

1 Apartheid

"*Apartheid*" é uma palavra da língua africâner, que significa "separação", e foi utilizada para descrever o sistema de segregação racial implementado na África do Sul entre 1948 e 1994 (MACAGNO, 2015). Durante esse período, a legislação do país classificava a população em brancos, negros e mestiços, atribuindo direitos e deveres diferentes a cada grupo. Os brancos, que eram uma minoria, tinham privilégios, como acesso aos melhores bairros e escolas, enquanto negros e mestiços tinham acesso a bairros e recursos de qualidade inferior. Além disso, a legislação proibia casamentos entre pessoas de raças diferentes.

O sistema de *apartheid* também impunha restrições severas à liberdade de movimento e às oportunidades de trabalho para os não-brancos, além de limitar sua participação política. A discriminação racial foi institucionalizada e legalizada, e as leis de *apartheid* foram aplicadas de forma rigorosa pela polícia e pelo governo. O sistema de *apartheid* foi amplamente condenado internacionalmente e foi um dos principais motivos de pressão internacional para mudanças no país. Em 1994, as primeiras eleições multirraciais foram realizadas e Nelson Mandela foi eleito presidente, marcando o fim oficial do *apartheid* na África do Sul.

Artigo

Na história do Brasil, a segregação socioeconomia e o passado escravocrata delinearão as condições de um tipo especial de segregação, na forma do que podemos chamar de um *apartheid* sanitário. A segregação socioeconômica e o passado escravocrata têm desempenhado papel importante na formação das condições de vida das diferentes camadas da sociedade. Essas condições históricas têm contribuído para uma forma específica de segregação, conhecida como *apartheid* sanitário. Esse termo foi utilizado para descrever a desigualdade no acesso a serviços de saúde e a condições de vida saudáveis entre diferentes grupos sociais. Estudos mostram que as pessoas negras e indígenas, além de pertencer a grupos economicamente vulneráveis, têm menor acesso e qualidade nos serviços de saúde, além de viverem em condições mais precárias, acarretando maior vulnerabilidade a doenças e mortalidade. (LE MOS, 2017; MONDARDO, 2019; VERBICARO, 2020).

Se por um lado, em 2020 Thedrus Adanom chegou a falar em *apartheid* vacinal, dadas asgritantes desigualdades entre os países. No Brasil nossos percursos de exploração, genocídio, marginalização, etc, se condensaram sob a forma de uma brutal concentração de renda e de riqueza. Essa evidente desigualdade é fruto da colonização e da escravidão, cuja violência é uma ferida aberta no coração do Brasil.

Ainda em março 2020, no auge da pandemia no Brasil, Pinheiro-machado (2020, p. 26) salienta que

Na última semana, assistimos muitos vídeos de como lavar as mãos em 20 segundos. Aprendemos a abrir a porta com o cotovelo e realinhamos nossa distância física nos afetos e cumprimentos da vida. Enquanto passamos o sabonete no pulso, palma da mão e punho muitas vezes ao dia, as consequências extremadas de um mundo distópico pandêmico seguem seu curso, demarcando um *apartheid* sanitário. Bilionários pegam seus jatinhos particulares e vão para bunkers de luxo isolados em países não infectados. Enquanto isso, 736 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza no mundo e consideram o sabonete um objeto de luxo.

O fenômeno pandêmico abriu as cortinas do espetáculo de negligência do sistema capitalista atual. A diferença econômica e os desníveis de acesso a direitos e saneamento básico ficaram perceptíveis em decorrência do número desproporcional de infectados e mortos pobres. Nem todos tinham acesso a álcool em gel, que ficou bastante visado e caro, e nem mesmo ao sabão que havia sido indicado. Em alguns lugares e algumas situações, como no caso dos moradores de rua e pessoas sem estruturas sanitárias, nem a água existia. Com relação a isso, Verbicaro (2020, p. 8) salienta que

É corrente a ideia segundo a qual a COVID-19 é um vírus que atinge a todos indistintamente. [...] Trata-se de um mito de que as doenças infecciosas desconhecem classe social ou outros marcadores de desigualdade. Decerto que os maiores impactos econômicos e sociais serão sentidos mais intensamente pelos mais vulneráveis. As classes mais pobres são sempre as mais afetadas em períodos epidêmicos, pois sentem mais diretamente as consequências da precarização do emprego; da falta de

Artigo

investimento em saúde pública; do apartheid sanitário; do déficit de moradia (favelização da moradia urbana); das condições inadequadas de alimentação e nutrição; da pobreza extrema que faz com que as condições de higiene sejam um luxo não acessível a maior parte da população.

As condições não são as mesmas, e nisso a corda aperta sobre o mais fraco, visto que o ciclo de desigualdade mantido pelas grandes corporações sobre as comunidades carentes em busca de mão de obra barata, afeta os mais vulneráveis e, conseqüentemente, sua saúde e bem-estar. A falta de investimento público e saneamento básico em conjunto ao desemprego geram a falta de acesso a elementos básicos da vida.

Para além disso, aqueles que vivem nessas condições, mas que trabalham, viveram fragilizados e desassistidos, com a sensação de incerteza e inflexibilidade por parte dos patrões. Esses patrões acusavam a população mais pobre de levar a Covid-19 para suas casas ao prestarem serviço à classe dominante e no fim, quem se infectavam primeiro e passava aos outros indivíduos era o pessoal da burguesia e classes médias, que faziam festa escondido, provocando aglomerações e a passagem do vírus.

Embora a necropolítica e o *apartheid*, nas suas mais diversas formas, tenham suas particularidades e dimensões históricas, objetivas, algumas das quais trataremos mais adiante nesse artigo, ambas tratam, ao fim e ao cabo, de um eixo econômico-político da sociedade em que vivemos. Enquanto conceitos, eles salientam e evidenciam processos complexos, mobilizados pelas burguesias coloniais locais para consolidação progressiva da estruturalidade global do sociometabolismo do capital.

2 Uma microbiologia da luta de classes

É claro que essa expansão é impulsionada pelos circuitos globais de mercadorias e pelas migrações regulares de trabalho que definem a geografia econômica capitalista. (CHUANG, 2020, p.25)

Conforme CHUANG, “O vírus por trás da epidemia atual (SARS-CoV-2) foi, como o antecessor de 2003 SARS-CoV, bem como a gripe aviária e gripe suína antes dele, gestado no nexo entre a economia e a epidemiologia (CHUANG, 2020, p. 23). Segundo esse coletivo chinês, as condições econômicas e ambientais contribuem para o surgimento de doenças infecciosas. Nessa citação, eles sugerem que o vírus SARS-CoV-2, responsável pela atual pandemia, foi criado a partir da interação entre a economia e a epidemiologia. Nesse sentido, nos dizeres de Chuang (2020, p. 23,,

Não é por acaso que muitos desses vírus assumiram o nome de animais: a disseminação de novas doenças para a população humana acontece através da chamada transferência zoonótica, que é uma maneira técnica de dizer que essas infecções saltam dos animais para os humanos. Esse salto de uma espécie para outra

Artigo

é condicionado por questões como proximidade e regularidade do contato, que constroem o ambiente em que a doença é forçada a evoluir. (CHUANG, 2020, p.23)

Assim, a transferência zoonótica é um problema relevante em saúde pública, já que a maioria das epidemias e pandemias recentes, como a da Covid-19, são resultados desse fenômeno. É importante compreendermos como ele acontece para adotarmos medidas preventivas para reduzir o risco de novas doenças emergirem. Algumas dessas medidas podem incluir a gestão adequada de animais selvagens, a supervisão de produções agropecuárias e a vigilância contínua de doenças zoonóticas.

Contudo, ainda há uma terceira parte do diagnóstico que esses autores elaboraram, a questão do núcleo da dinâmica dessa luta de classes microbiológica, ou seja, o coração capitalista dessa pandemia. Segundo o Coletivo Chuang,

Quando essa interface entre humanos e animais muda, também mudam as condições nas quais essas doenças evoluem. Para além das quatro fornalhas, então, encontra-se uma fornalha mais fundamental subjacente aos centros industriais do mundo: a panela de pressão evolutiva criada pela agricultura e urbanização capitalistas. Isso fornece o meio ideal através do qual pragas cada vez mais devastadoras nascem, transformam-se, são induzidas a saltos zoonóticos e, em seguida, agressivamente vetorizadas através da população humana. A isso se soma processos igualmente intensivos que ocorrem nas margens da economia, onde cepas "selvagens" são encontradas por pessoas pressionadas a incursões agroeconômicas cada vez mais extensivas sobre os ecossistemas locais. O coronavírus mais recente, em suas origens "selvagens" e sua súbita disseminação por um núcleo fortemente industrializado e urbanizado da economia global, representa as duas dimensões da nossa nova era de pragas político-econômicas. (CHUANG, 2020, p. 35)

Por conseguinte, a mudança na interação entre humanos e animais resulta em mudanças nas condições de evolução de doenças, assim como afirma Chuang (2020). A agricultura e a urbanização capitalistas criam uma panela de pressão evolutiva ideal para o surgimento de pragas cada vez mais devastadoras. A economia global também tem um papel importante, pois processos intensivos nas margens da economia resultam em cepas "selvagens" encontradas por pessoas pressionadas a incursões agroeconômicas cada vez mais extensivas sobre os ecossistemas locais. O coronavírus recente é visto como um exemplo dessas novas pragas político-econômicas, representando tanto suas origens "selvagens" quanto sua disseminação rápida por um núcleo industrializado e urbanizado da economia global.

Por fim, como bem sinalizam os autores do Coletivo Chuang, nesse processo, duas grandes forças operam simultaneamente: por um lado, uma força centrífuga vai espalhando o processo produtivo e empurrando a materialidade da produção cada vez mais para suas margens coloniais e neocoloniais, terceiro mundo, países marginais, dependentes e desregulamentados, subúrbios, etc. Simultaneamente, uma força diferente, mas rodando nos mesmos trilhos, centraliza toda a riqueza produzida nesse sistema.

3 Necropolítica como história da estruturalidade de uma segregação

“a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018)

Para Mbembe (2018) a necropolítica engloba “[...] formas contemporâneas que sugam a vida ao poder da morte”. No seu ensaio “necropolítica”, como em outros textos, ele argumenta que a necropolítica é um sistema de poder que se articula em contextos de violência e se constitui na produção e gestão da morte. Nesse sentido, conforme Guimarães,

O termo hoje é empregado para descrever uma gama de fenômenos diversificados, desde o genocídio de povos originários em processos de colonização, passando pelos episódios de violência reiterada contra minorias étnicas e raciais ou, mais recentemente, a distribuição socialmente assimétrica dos riscos epidemiológicos no contexto do apartheid sanitário agravado na pandemia de Covid-19. (GUIMARÃES, 2022, p.3)

Essa citação destaca o uso atual do termo necropolítica para descrever uma variedade de fenômenos relacionados à violência e discriminação. Ela menciona exemplos como o genocídio de povos originários, a violência contra minorias étnicas e raciais, e a distribuição desigual de riscos epidemiológicos durante a pandemia de Covid-19. Tudo isso agravou o quadro de um processo social e histórico, que, no contexto desta pesquisa, entendemos a partir do prisma de um “*apartheid* sanitário”. Guimarães sugere, ainda, que o termo necropolítica é amplamente aplicável em diversas situações e contextos históricos e atuais, que envolvem a violência e a discriminação.

Nesses contextos, para Mbembe (2018), se estabelece um necropoder que “[...] embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade” por meio de “[...] topografias recalcadas de crueldade.” (grifo nosso, MBEMBE, 2018, p.71). Essa aura máxima de poder vindo do Estado é parte da ideologia dominante sobre as classes suburbanas, em que o Estado atual se vale da morte para conduzir uma política vitalícia de desigualdades e de destruição comunitária.

Para que se consiga esse domínio sobre a população, se corporificam práticas abusivas que mexem com o imaginário do povo, ocasionando em um medo claustrofóbico sobre a vida e sobre resistir. O controle social e, conseqüentemente, o controle sobre a vida e a morte datam quem vive e permanece na engrenagem do estado, que se articula como o detentor do poder e como a máquina que encarcera, pune e mata os pobres. Essa soberania máxima de poder, que regula as políticas do estado opressor, geram normas gerais sobre os corpos e traduzem essas regras em mortificação e gestão da morte.

Artigo

Mbembe (2018) sugere que essa forma de poder é particularmente evidente em contextos coloniais e de opressão racial, onde a vida de certos grupos é negada e sugada para beneficiar outros, e que essas formas contemporâneas de poder ainda existem e ainda sugam a vida para beneficiar alguns grupos em detrimento de outros. Ainda nesse sentido, conforme Castro ,

Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também. Esse poder de morte, esse necropoder, é um elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações (CASTRO, 2023, p.3)

Castro (2023) destaca que a necropolítica não é apenas sobre deixar morrer, mas também sobre causar a morte ativamente. Isso pode ser visto em como certos grupos e populações são marginalizados e excluídos do acesso à saúde, educação e outros recursos básicos, colocando-os em situações vulneráveis que levam à morte. Além disso, a citação sugere que o necro-poder é um elemento estrutural no capitalismo neoliberal atual, o que significa que está enraizado nas estruturas sociais e econômicas que governam a sociedade. Isso sugere que a luta contra a necropolítica deve incluir uma crítica a essas estruturas subjacentes.

A necropolítica, por conseguinte, significa reconhecer que há um poder de morte, estrutural no capitalismo neoliberal atual. A necropolítica é, assim, a capacidade de justificar a submissão da vida à morte, e não apenas a instrumentalização da vida, mas também a destruição dos corpos. Esse poder é usado para gerenciar a morte de certos grupos e populações por meio de práticas e tecnologias.

Além disso, a falta de acesso aos direitos básicos pode ser considerada uma morte simbólica, pelo arrancar de identidades, pelo surrupiar dos sentidos da vida, pelo roubo das experiências e pelo afano das oportunidades. Tudo isso pode contribuir e tem potencial para ocasionar mortes materiais.

O sistema não se interessa pelo número de mortes, pois “não são coveiros”. De mais a mais, no pensamento dos opressores sempre haverá populações a que se pode escravizar, desvalorizar e invisibilizar.

Nesse caso, os pobres não seriam de fato todos escravizados por essa política suja que extermina as pessoas de classe social mais baixa e levam as pessoas a encarceramento para que o capital concilie as grandes empresas multipliquem os seus valores econômicos?

A população pobre geralmente não tem casa ou se tem casa, as grandes corporações vão para as comunidades para destruir o abastecimento de água, para destruir a manutenção de

Artigo

recursos sanitários. Isso traz doenças a essas comunidades, a população perde qualidade de vida, perde seus lares, tem também o desemprego que afeta essa condição digna de moradia e aí a pobreza se estabelece como instrumento dessa necropolítica. Nesse contexto, se estabelece uma condição (des)humana, que atinge a dignidade, burla os direitos dessa população em vulnerabilidade, faz com que as populações se privem de um bem-estar que deveria ser comunitário.

Cabe refletir sobre essas situações de destruições das populações humanas principalmente os mais pobres nessa cultura de punir os pobres porque o Mbembe (2018) vai falar que o escravo ele tem um preço, já que é instrumento de serviço de trabalho né e como propriedade ele tem um valor ele é uma necessidade e assim ele é utilizado e reconhecido pelo seu trabalho, porém atualmente os pobres já não são mais nada não tem valor nenhum nem mesmo para trabalho ninguém mais quer contratar pobres ah existe uma aporofobia nesse sentido nessa punição dos pobres de que o pobre não é digno, nem mesmo de exercer um sub trabalho.

Nessa seção apresentamos a noção de necropolítica, um sistema de poder que se articula em contextos de violência e se constitui na produção e gestão da morte. Mostramos que esse sistema é usado para descrever uma variedade de fenômenos relacionados à violência e discriminação contra minorias étnicas e raciais. Mbembe (2018) argumenta que essas formas contemporâneas de poder ainda existem e ainda sugam a vida para beneficiar alguns grupos em detrimento de outros. Ele salienta que essa forma de poder é estrutural no capitalismo neoliberal atual, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos em detrimento de outros, visando lucro.

ANÁLISES

Apartheid e necropolítica: pandemias interconectadas

Um exemplo concreto que já explicita bem a dimensão da segregação é que a primeira vítima do coronavírus, no Rio de Janeiro, foi uma mulher negra e empregada doméstica, que pegou o vírus da patroa no Leblon. Ao que tudo indica, a patroa havia chegado, recentemente, de viagem à Itália, país que, já naquele momento, registrava muitas mortes pela doença.

Mesmo em tempo de pandemia, a política da desassistência é tão eficaz que não para, por meio da ausência de direitos sanitários, direito à água, à alimentação, à educação e informação. Desta forma, é impossível não citar o pensador Achille Mbembe”, que

Artigo

traz o termo necropolítica para as discussões atuais, mostrando como os apartheids contemporâneos estão presentes e expressam o projeto racista-sexista-capitalista-colonial, em que opera o não direito à vida com dignidade, o não direito a viver?. Observa-se um Brasil racionalizado, pautado na lógica da restrição intencional da assistência à população, mantendo as desigualdades e morte das pessoas mais carentes. A face cruel do Estado brasileiro nunca foi desmontada, ou seja, perpetua governo após governo, atuando como uma máquina de moer gente desde os séculos passados. (SOUZA, 2020, p.5)

Sobre isso, Souza (2020) destaca a falta de assistência à população em tempos de pandemia, bem como a ausência de direitos fundamentais, como o acesso à saúde, água, alimentação, educação e informação. O autor também aponta para a presença de um projeto racista-sexista-capitalista-colonial que perpetua as desigualdades e as mortes das pessoas mais vulneráveis. A referência ao termo "necropolítica", que descreve como o poder político e econômico pode exercer controle sobre a vida e a morte das pessoas, é especialmente relevante nesse contexto, já que a citação sugere que o Estado brasileiro mantém uma política de desassistência intencional que perpetua as desigualdades sociais e econômicas.

Essa análise de Souza (2020) é preocupante, pois indica que o governo brasileiro falha em garantir os direitos básicos da população, especialmente daqueles historicamente excluídos. Dessa forma, é importante tomar medidas para garantir a assistência e proteção social durante a pandemia e além dela, para promover a justiça social e a dignidade humana.

O Coronavírus é, como tantos outros, resultado direto do modo de produção capitalista, que é um celeiro de pandemias. Em suma, todos esses padrões de opressão e dominação são diferentes faces de um mesmo sistema, por isso que é muito importante entender os fatores imbricados nesse processo, que compõem esse contexto. Fatores cujas implicações são, como já sinalizamos anteriormente, distribuídos histórica e socialmente de modo assimétrico, desproporcional e violento.

Outra evidência, é uma matéria publicada por vários veículos intitulada **“Na pandemia, ex-gestora de Guedes investiu no maior grupo de funerárias do país”**. Publicada pela Mídia Ninja no dia 26/09/22, a notícia do envolvimento de Paulo Guedes, então ministro da economia, em compra de funerárias. A partir de um aporte de 350 milhões de reais do Grupo Zelo, de Belo Horizonte, essa empresa tornou-se, por meio de um fundo, a ser dona de 45 empresas, que vão de funerárias a cemitérios. Em linhas gerais, a gestora de fundos “Crescera Capital”, ex-empresa do então ministro da economia Paulo Guedes, começou a investir pesado no, assim chamado, ‘mercado da morte’.

Essa evidência, tão preocupante quanto a primeira, deixa transparecer o aspecto colonial, patriarcal e patrimonialista da história do Brasil, além da constituição fisiológica do

Artigo

poder político historicamente erigido sob o uso indiscriminado de recursos humanos ou monetários de cunho público. Se por um lado é bem comum que as burguesias crioulas se estruturam nas colônias enquanto mecanismos e dispositivos, munidas de tecnologias políticas como o racismo, no Brasil o conúbio entre público e privado é um dos maiores sinais sócio-históricos e sociopolíticos, nosso desenvolvimento histórico.

Enquanto no primeiro exemplo que trouxemos, pudemos ver elementos do racismo estrutural brasileiro, nesse segundo já vimos outros aspectos sociais importantes. Não só a questão da improbidade administrativa, o crime propriamente de prevaricação pelo que ele não foi oficialmente acusado, mas também a impunidade. Ou seja, a ausência de punição por uma coisa que, se não é propriamente crime, suscita evidentemente uma postura antiética.

Nesse contexto, essa ausência de penalidades, talvez seja também um sinal de algo mais grave, historicamente estruturado e estabelecido no Brasil. É possível que isso sinalize para uma dimensão importante da nossa história que o colonialismo só evidenciou, isto é, que, historicamente, sofrem dessa doença do patrimonialismo.

Dessa forma, como falamos anteriormente, esses processos históricos articulam, as burguesias crioulas (descendentes dos colonizadores). Essas burguesias da colônia se estabelecem como uma tentativa de monopólio, o que, num certo sentido, é até natural. Contudo, no Brasil esses dispositivos não se dão só juridicamente, mas também econômica e culturalmente. Desse modo, estabelecem um conjunto de discursos, de símbolos, etc., uma cultura que articula a posse, a propriedade, o mandar. Nesse contexto, os coronéis, donos de terras, enfim, a classe dominante concentra a dirigência política, o estado e a governança.

Tudo isso estabelece um contexto em que é completamente tranquilo, para um Ministro da Economia vender as informações, para ganhar, para ter lucros. Ele se utiliza dessa posição privilegiada dentro do governo, dentro da máquina estatal, para ter lucros próprios. Não bastando esse interesse, visando o lucro, o que já é gravoso, esse lucro é constituído em cima da compra de funerárias. Quero dizer, a questão toda é muito mais grave ainda, isso estabelece questões éticas, políticas, e até civilizatórias.

Na posição dele, o então ministro, sabia que havia negociações, que seria possivelmente negada a vacina, e que haveria mais mortes, em consequência da situação. Logo, é passível a análise e hipótese de que ele se aproveitou disso para investir nesses Fundos e compra de funerárias para poder lucrar a partir dessa informação, que ele teve em primeira mão, por estar fazendo parte da bancada responsável por contratações e licitações no governo em questão.

Artigo

São vários desses elementos, patrimonialismo, patriarcalismo, má gestão, racismo, segregação racial, negacionismos, populismo, entre outros, para propor o seguinte: o *apartheid* sanitário, é uma ativa segregação, brutal, violenta. é o mais descarado uso de tecnologias políticas para fins econômico-políticos. Não é só uma negligência, ou fazer vista grossa. Em vez disso, é ativamente propor e construir máquinas de gestão da morte, de lucro com a destruição dos corpos. Não se trata de acidente, indolência ou descuido, mas, em lugar disso, de um trabalho ativo para mobilizar complexas dinâmicas de destruição e degradação da dos corpos e da vida humanas. Tudo isso para responder a uma ideologia em que não passamos de “recursos humanos”, ou seja, de mercadoria enquanto condição-chave do valor humano.

Tudo isso, no nosso entender, são coisas articuladas no sentido de confirmar essa hipótese de que sim, no Brasil existe esse tipo de necropolítica mais específico. São vários elementos ideológicos, políticos, econômicos, sociais, históricos, entre outros, que sinalizam a construção não só uma mentalidade, uma cultura, uma simbologia, mas também, um discurso de desprezo com a vida segregada, dos pobres, negros, indígenas, entre outros. E há, além disso, a produção ativa de uma maquinaria de gestão e lucro em cima da morte dessa população invisibilizada.

O apartheid sanitário na pandemia

A pandemia da Covid-19 chegou para escancarar as lacunas sociais do Estado e os modos pelos quais a necropolítica já estava enraizada no país. Esse evento patologizante pode ser considerado o espelho da situação caótica que estava por baixo dos panos. Nos anos de 2020 e 2021, o estado, influenciado por uma mentalidade neoliberal, procurou "restabelecer" a ordem e um “novo normal”, como se a população estivesse vivendo um oásis, que, na verdade, nunca existiu.

A própria tentativa de normalizar e naturalizar as situações de sobrecarga dos trabalhadores e, até mesmo, dos não-trabalhadores, foi um aspecto dominante para se enxergar a obstrução da vida. A pandemia trouxe consigo um desafio enorme para muitos empregados e também empregadores de pequenas empresas, a conciliação entre o trabalho remoto e a rotina de casa foi sufocante, num número gritante dos casos.

Com o caos pandêmico e as correrias de hospitais e rápidos enterros, outra questão que precisa ser refletida foi que como o estado geral era de alerta, em que se estava em estado de emergência constante, não podíamos ter tempo para ficar tristes. Mesmo com as perdas, mesmo

Artigo

com o luto, a nossa frente, não dava tempo, eram muitas tarefas a serem realizadas e na situação da perda, muitas regras e burocracias. A própria incerteza de como enterrar os corpos ou o questionamento se realmente podiam ser enterrados trancou este luto, que em muitos virou gatilhos, bloqueios e mais confusão emocional e mental.

Muitas pessoas reprimiram seus sentimentos e emoções, especialmente por conta das condições já referidas de fragilização. Com o trabalho remoto e a rotina de casa se confundindo, havia pouco tempo ou espaço para processar a ansiedade, o medo e a tristeza que acompanharam a pandemia. Isso teve, e talvez ainda tenha, impactos e implicações negativas na saúde mental das pessoas, especialmente para aquelas que já lidavam com problemas de saúde mental pré-existentes.

Por fim, entendemos que todos esses elementos, sociais, econômicos, éticos, políticos, entre outros, bem como suas relações com processos estatais e mercadológicos delineiam um cenário brutal. Se estabelece, assim, uma necropolítica, segundo Mbembe (2018). Isto é, constitui-se todo um campo ético-político e de políticas públicas em convergência com processos econômicos e ideologias neoliberais e capitalistas. De modo que, a segregação, na forma desse *Apartheid* Sanitário, se desenvolve como uma forma brasileira de necropolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia expôs o recrudescimento e agravamento das desigualdades raciais e socioeconômicas no acesso à saúde no Brasil. Abrangendo esse tema pudemos chegar ainda mais perto das ruínas das políticas públicas brasileiras sobre a saúde pública e qualidade de vida dos cidadãos. Como já refletido neste escrito, com o período pandêmico uma parcela da população ficou sem a cobertura de uma estrutura de saúde ou saneamento básico, acarretando ainda mais na proliferação do vírus e também das desigualdades enfrentadas pelos mais pobres. Consequentemente, o número de mortes por coronavírus aumentou, frente aos muitos problemas estruturais de saúde que obstruíram as ações emergenciais realizadas.

A condição humana nesse período ficou, várias vezes, em xeque. Os problemas de infraestrutura e recursos ficaram aparentes nesse processo, e lidar com a rapidez mortífera do novo vírus foi uma situação complicada e delicada em muitos aspectos.

No âmbito dessa pesquisa, nossa questão central foi: de que maneiras o *apartheid* sanitário se constitui enquanto uma forma brasileira de necropolítica durante a pandemia (2020/2021)? ou seja, tratou-se de discutir como a falta de acesso à saúde e a desigualdade socioeconômica levaram (e ainda estão levando, já que esse *apartheid*, como mostraremos, é um fenômeno transversal, transescalar, interseccional, etc.) à morte desproporcional de pessoas negras e indígenas durante a pandemia no Brasil. Visamos salientar que essa segregação, enquanto *Apartheid* Sanitário, se constitui como uma forma brasileira de necropolítica.

Entendemos que nossa hipótese inicial estava acertada. Ou seja, conseguimos, em certa medida, juntar vários elementos para sinalizar certos processos econômicos, sociais, políticos, éticos, entre outros, interligados e cujo conjunto, realçou que existe no Brasil uma forma específica de necropolítica.

Essa forma específica, por sua vez, tem a ver com o próprio histórico colonial do Brasil, seus processos históricos de escravização, segregação, violência, brutalidade, exploração e estão imbricados na produção desse contexto social, histórico, étnico-racial e econômico-político atual. Cabe ressaltar, que esse processo de segregação já vinha piorando por conta do neoliberalismo, só que a pandemia fomentou esses processos.

Além disso, a condição de certos gestores, naquele momento político, orientados por certas ideologias ligadas, em vários sentidos, a esse pensamento de industrialização da vida e da morte, bem como, do controle e lucro sobre a vida e a morte das pessoas, acabou convergindo

Artigo

para um certo cenário de contaminação, falta de acesso às políticas públicas e saúde, agravamento e piora de vários contextos e processos sociais.

Dessa forma, entendendo o *Apartheid* Sanitário como forma brasileira da necropolítica, visamos lançar luz sobre um debate muito necessário. Significa, entre outras coisas, lidar de modo mais crítico com nossa própria parcela de responsabilidade na produção da violência a que estamos expostos. Isso diz respeito a um histórico de segregação, violência e exploração, cuja gravidade é uma ferida aberta no coração do Brasil.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (org.). Necropolítica. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/necropolitica>. Acesso em: 05 abr. 2023.

COELHO, André Luiz Souza. ONTOLOGIA SOCIAL DE CONSENSO E DE CONFLITO. In: XVII COLÓQUIO HABERMANS E VIII COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2021, Rio de Janeiro. **ANAIS XVII COLÓQUIO HABERMANS E VIII COLÓQUIO DE FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO**. Rio de Janeiro: Salute, 2021. p. 111-113.

COLETIVO CHUANG. **Contágio social: coronavírus e a luta de classes microbiológica na China**. São Paulo: Veneta; 2020.

CASTRO, Mariana. Necropolítica Exemplos de uso in Acadmeica brasileira de letras, Necropolítica. disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/necropolitica> acesso em 05/05/23

GUIMARÃES, Heitor Moreira Lurine. Necropolítica como gestão do luto. **Revista de Ciências do Estado**, v. 7, n. 2, p. 1-24, 2022.

LEMO, Guilherme Oliveira. De Soweto à Ceilândia: siglas de segregação racial. Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, n. 18, p. 1-13, 2017.

MACAGNO, Lorenzo Gustavo. Etnografia e violencia no pais do apartheid: dois relatos sobre Africa do Sul. Historia: Questões & Debates, v. 62, n. 1, 2015.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MONDARDO, Marcos. Territórios de povos e comunidades tradicionais: Estado de exceção, governo bio/necropolítico e retomadas de tekoha. Horizontes (Bragança Paulista), v. 39, p. 019026-019026, 2019.

Artigo

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Coronavírus não é democrático: pobres, precarizados e mulheres vão sofrer mais. The Intercept Brasil, 17 de março de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/03/17/coronavirus-pandemia-opressao-social/>. Acessado em: 25 de janeiro de 2023.

SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a netnografia: um guia teórico e prático. Intercom: RBCC, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 339-342, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3bbu3j6>. Acesso em: 24 out. 2021.

SOUZA, Luís Paulo et al. COVID-19 no Brasil: seguimos no mesmo mar, mas não nos mesmos barcos. Comunicação em Ciências da Saúde, v. 31, n. 03, p. 41-48, 2020.

VERBICARO, Loiane Prado. Pandemia e o colapso do neoliberalismo. Voluntas, Santa Maria, v. 11, p. 19, 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e neoliberalismo. Caderno CRH, v. 34, 2021.